

**INTERDISCIPLINARIDADE E CIDADANIA
POSSIBILIDADES E LIMITES DE UM PROJETO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira¹
Sérgio Botton Barcellos Barcellos²

RESUMO

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar os limites e as possibilidades que permeiam a relação “educação ambiental-interdisciplinaridade-cidadania”. Sendo assim, procuramos elucidar quais as possíveis transformações que projetos sociais em educação ambiental podem instigar em um cenário educacional formal estabelecido, através de ações educativas interdisciplinares e do estímulo a cidadania. Vinculada ao projeto social “Educação Ambiental na Vila Kennedy”, promovido pelo Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Ação - CEMP A, a pesquisa foi desenvolvida em uma creche da Vila Kennedy, em Santa Maria-RS no decorrer do ano letivo de 2007. Tendo por base a observação participante, relatos e a realização de entrevistas semi-estruturadas com integrantes da comunidade escolar e do projeto social, nossa análise considera este projeto para além do espaço escolar, levando em consideração a influência que as ações em educação ambiental possam ter originado nas vidas cotidianas das pessoas envolvidas e de que forma promoveram o exercício da cidadania na comunidade. Norteados pelas seguintes questões: a) ampliação do entendimento da comunidade sobre o tema ambiente; b) possibilidade de superação da estrutura disciplinar e c) inserção da temática ambiental nas disciplinas da escola, desvelaram-se possíveis indicadores cotidianos de limitações e perspectivas que projetos sociais em educação ambiental, realizados em escolas públicas e comunidades urbanas, podem apresentar no decorrer de seu processo. Concluímos, relacionando estes indicadores com a questão do desenvolvimento social, político e cultural de comunidades de periferias urbanas.

Palavras-chave: educação ambiental; projetos sociais; interdisciplinaridade; cidadania.

1 Doutor em Educação e Professor Adjunto/3 do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - RS - Brasil. E-mail: holgonsi@yahoo.com.br

2 Especializando em Educação Ambiental - UFSM e Mestrando em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura pelo CPDA/UFRJ. E-mail: sergiobbarcellos@hotmail.com

1. O PROJETO: CONTEXTUALIZANDO A AÇÃO

Projetos Sociais, com diferentes temáticas e intencionalidades, são desenvolvidos cotidianamente, e em maior número, por instituições governamentais e não-governamentais em diversas comunidades de “risco social” nas cidades brasileiras. Uma das temáticas mais abordadas nestes projetos tem sido a Educação Ambiental junto a comunidades, escolas e grupos de moradores.

Em relação a este cenário, dados da Associação Brasileira de ONGs - ABONG apontam que a atuação das ONGs é considerável na área da educação, sendo em 2002, um dos focos temáticos prioritários de atuação das ONGs. Das entidades associadas à ABONG, 52,04% das ONGs, tinham como prioridade o trabalho com a educação.

A partir de experiências e reflexões vivenciadas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), através de projetos de extensão e iniciativas estudantis, em 2005 iniciaram-se os primeiros contatos com a Unidade de Saúde da Vila Kennedy³ (USK) por meio do Projeto VER-SUS Brasil⁴. Por meio deste a comunidade, em especial os trabalhadores em saúde da USK, reivindicaram mais participação dos estudantes universitários em ações de assistência e extensão na localidade. Iniciaram-se assim debates e reflexões, em um grupo de estudantes⁵ da UFSM, gerando-se a idéia de um projeto, e a perspectiva de desenvolvimento de mais uma iniciativa comunitária no campo da saúde e meio-ambiente.

Como ponto inicial do projeto, decidiu-se realizar reuniões de planejamento e discussão das metas deste com o Programa de Agentes Comunitárias de Saúde (PACS) da USK e comunidade, com periodicidade mensal. Nesse espaço de encontro e debates, dialogou-se sobre possíveis demandas que surgiriam, sendo estas inerentes as propostas de projeto que foram sendo traçadas.

Optou-se então, em se desenvolver um processo de mobilização com a parceria de estudantes da UFSM, PACS, comunidade e escolas. Nesse período de trabalho junto à comunidade escolar da Vila Kennedy, entre as escolas, destacou-se a Creche Municipal Fiori Druck pelo envolvimento com a temática ambiental e resultados alcançados no desenvolvimento de atividades escolares. A partir disso, decidiu-se escolher a Creche Municipal Fiori Druck para realização do projeto, o qual também gerou a temática desta pesquisa.

A realização de um planejamento participativo definiu os rumos e os objetivos do projeto⁶, oportunizando-se um processo de definição de caminhos a serem trilhados por uma coletividade, de acordo com a metodologia estabelecida para a sua construção, fruto da reflexão coletiva da realidade (PALAFOX, 2002). Sendo assim, diversas reuniões de planejamento visando à realização de ações em Educação Ambiental ocorreram no decorrer do ano letivo, sendo também dialogado nesses espaços, possibilidades de interação junto à comunidade escolar da creche e auxiliar de algum modo em relação às dificuldades que a instituição enfrentava.

3 Vila que integra o Bairro Salgado Filho, zona norte do município de Santa Maria. O Comitê Santa-mariense de Combate a Fome e a Miséria, criado em 2003, realizou um levantamento dos bolsões de pobreza, reconhecendo vilas, como Brasília, Nossa Senhora do Trabalho e São Rafael, que são assistidas pela Unidade de Saúde da Vila Kennedy, como zonas em situação de miséria (áreas de risco) no município.

4 VERSUS - Brasil (Estágios e Vivências na Realidade do Sistema único de Saúde). Iniciativa vinculada ao Ministério da Saúde que visava trabalhar com formação política e social de estudantes dos mais diversos cursos de graduação da área de saúde.

5 Grupo de estudantes inicialmente composto por estudantes do Curso de Enfermagem, Medicina Veterinária e Agronomia.

6 As atividades na Creche Municipal Fiori Druck, tiveram início no mês de março de 2007, a partir de um processo de diálogo e interlocução envolvendo agentes comunitárias de saúde, estudantes da UFSM vinculados a ONG-CEMPA, educadoras da creche e pais.

As reuniões iniciais contextualizaram a comunidade escolar a cerca do projeto “Educação Ambiental na Kennedy”, bem como, sobre histórico, objetivos e princípios da iniciativa. Nestes encontros foram definidas a realização de atividades envolvendo trabalhos pedagógicos em educação ambiental com as crianças, conversas e contos, atividades lúdicas como desenhos, recortes de jornal e plantio de mudas.

Em relação à estrutura e área externa da creche optou-se em realizar plantio de árvores e ornamentação dos canteiros da creche com a participação das crianças, dos pais, educadores e membros do projeto. Para a Vila Kennedy, planejou-se uma caminhada no entorno do espaço físico da creche, onde as crianças e educadores distribuíram de “casa em casa” junto aos moradores da comunidade, panfletos e desenhos confeccionados pelos educandos.

A busca em envolver diversos agentes em um processo de mobilização e educação ambiental exige, e necessita, trabalhar no mínimo com um esforço multidisciplinar. Daí a necessidade de procurar abranger e compreender diversas formas de conhecimento e interação de atores, convergindo e debatendo, buscando ações e resoluções com objetivos em comum. Isso possibilitou um valor diferenciado à experiência, sendo que o processo de sensibilização ocorreu cotidianamente e não pontualmente. E, com estas atividades, nossa pesquisa teve como objetivo central, analisar os limites e as possibilidades que permeiam a relação “educação ambiental- interdisciplinaridade-cidadania”.

Sendo assim, procuramos elucidar quais as possíveis transformações que projetos Sociais em educação ambiental podem instigar em um cenário educacional formal estabelecido, através de ações educativas interdisciplinares e do estímulo a cidadania.

Tendo por base a observação participante, relatos e a realização de entrevistas semiestruturadas com integrantes da comunidade escolar e do projeto social, nossa análise considera este projeto para além do espaço escolar, levando em consideração a influência que as ações em educação ambiental possam ter originado nas vidas cotidianas das pessoas envolvidas e de que forma promoveram o exercício da cidadania na comunidade.

Norteados pelas seguintes questões: a) ampliação do entendimento da comunidade sobre o tema ambiente; b) possibilidade de superação da estrutura disciplinar e c) inserção da temática ambiental nas disciplinas da escola, desvelaram-se possíveis indicadores cotidianos de limitações e perspectivas que projetos sociais em educação ambiental, realizados em escolas públicas e comunidades urbanas, podem apresentar no decorrer de seu processo. Concluimos, relacionando estes indicadores com a questão do desenvolvimento social, político e cultural de comunidades de periferias urbanas.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE: ENTRE O COTIDIANO COMUNITÁRIO E A ESTRUTURA ESCOLAR DISCIPLINAR

As atividades desenvolvidas junto à creche, por parte do projeto, buscaram despertar nos envolvidos formas de pensar e agir sobre o meio ambiente comunitário que implicassem na inter-relação de temas como política, organização social e ecologia. Almejou-se desenvolver uma prática de educação ambiental voltada a mobilizar a comunidade e a atuação da escola, como agentes de sensibilização/ instigação das pessoas em relação aos problemas socioambientais⁷ da localidade.

⁷ O termo “socioambientais” a que nos referimos neste trabalho, seria relativo às formas de produção e reprodução social, econômica, política e cultural da sociedade em relação aos ecossistemas e biomas.

Toma-se necessário esclarecer aqui, que a Educação Ambiental, enquanto tema de educação formal, tem características específicas, não se constituindo em teoria pedagógica. Sobre essa forma de “construção”, Ruscheinky (2004), afirma que o aperfeiçoamento teórico e prático da Educação Ambiental implica em reconhecer, que a ação em prol do meio ambiente possui como intenção o desvelamento de uma realidade complexa, na qual múltiplas relações sociais estão presentes. Desse modo, para apreensão de uma educação e concepção de mundo a partir da complexidade ambiental, segundo Leff (2003), implica no desencadeamento de um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento. Nesse sentido, compreender a educação, como um processo social em construção e disputa, possibilita avançar pela crítica e uma atuação mais consciente nas estruturas sociais (LOUREIRO, 2004).

No caso do Projeto analisado, sua metodologia foi construída durante a realização da experiência e assim consolidou-se dia-a-dia. Dessa forma quando planeja-se ações com perspectivas de efetividade, participação e envolvimento é imprescindível considerar opiniões dos mais diversos setores de uma comunidade (GANDIN, 2001).

A diversidade de opiniões e pontos de vista acerca do projeto refletiu-se junto aos atores que interagiram neste. Isto evidenciou-se nos depoimentos das educadoras da creche. Uma das educadoras considera que:

“As ações em educação ambiental são de grande importância na educação infantil visto que é nesta fase em que as crianças aprendem seus principais valores, e levam estes para toda a vida. As crianças aprendem a preservar, reciclar, cuidar e respeitar a natureza, assim conseqüentemente refletem em sua família, visto que acaba interferindo também no comportamento da criança em casa que começa a chamar a atenção de seus familiares para reciclar o lixo, não jogar lixo nos rios, arroios como é o caso do arroio Cadena, plantar e cultivar árvores e plantas”.

Já para a educadora A. “a importância da ação em educação ambiental no espaço educativo-social de uma creche fará com que a criança no seu processo de desenvolvimento comece a preservar o meio em que vive”.

Desde já, percebe-se que os educadores reconhecem a importância das atividades em Educação Ambiental em âmbito escolar e a necessidade da participação das crianças nesse processo. Fica claro, porém, um enfoque de educação ambiental pautado “apenas” na preservação do meio-ambiente, através de seus aspectos biológicos em destaque, mesmo que o projeto tenha estimulado ultrapassar a adesão a práticas pedagógicas tradicionais de reciclagem e acondicionamento adequado do lixo, da preservação de áreas verdes, plantio de árvores, etc ..

Mesmo com as iniciativas de formação ambiental⁸ realizadas junto à creche, devemos considerar que a “compreensão de mundo” estabelecida hegemonicamente sob um paradigma simplificador-reducionista é permeada de diversos entendimentos entre os indivíduos, limitando a compreensão dos elementos (ambiente, sociedade, pensamento, sentimento) e criando um cárcere e uma incapacidade discursiva (como indivíduos e grupo social) de fala sobre um mundo complexo (VIÉGAS, 2002).

No que tange a abrangência comunitária do projeto, uma das representantes do Conselho de pais da creche considera que as atividades desenvolvidas poderiam ser avaliadas da seguinte maneira:

8 Já para Leff (2001), a formação ambiental implica a criação de novos saberes e recuperar a função prospectiva e propositiva do conhecimento; gerar um saber eficaz, inventar utopias capazes de levar os processos de mudanças históricas, permeando-se em ideais de igualdade, justiça e democracia; criar novos conhecimentos e técnicas para construir uma nova racionalidade social.

“Bom o terreno baldio no lado da escola ainda continua com as pessoas jogando lixo lá, essa deveria ser a próxima atividade a continuar. O pessoal tem buscado mais coletividade, pois o pessoal está cansado de esperar o poder público, mas a maioria ainda não participa”.

Sob o ponto de vista, da Agente de saúde da USK, as atividades, desenvolvidas em relação à comunidade, estimularam outros sentidos destacando que os pais “[...] passaram a ajudar mais nas atividades da creche, após a realização do projeto. Ficaram mais responsáveis pela creche, e tem mais interesse pelas coisas”.

As opiniões da comunidade escolar evidenciaram um outro aspecto importante a ser levado em consideração. Observou-se que os pais dos educandos passaram a interagir mais com as ações pedagógicas e beneficentes, bem como, demais assuntos relativos à manutenção da creche.

A partir desses fatos, se faz a opção de encaminhar essa análise, para que considere o processo social percorrido, com ênfase nas representações e meios para a realização de uma educação ambiental pautada na cidadania em tomo de ações de seu interesse em comum. Demonstrou-se, que não houve um vultoso processo de mobilização em educação ambiental e cidadania, mas realizou-se o possível, na medida das condições reais e objetivas estabelecidas, levando-se em conta, as limitações estruturais e políticas da comunidade, da creche e da ONG. Sendo assim desenvolveu-se um processo que tinha como intenção a construção e o estímulo da cidadania, mostrando que é possível envolver e estimular as pessoas, em tomo de um espaço e causas em comum.

Esses relatos e tantos outros, que não estão aqui transcritos, trazem à tona o que pode ter sido uma das facetas mobilizadoras dessa iniciativa, demonstrando o potencial que projetos Sociais em educação ambiental podem ter, mesmo com possíveis debilidades e contradições.

Um fator a ser ressaltado, e que pode ser limitante em tantos outros projetos em educação ambiental, constatado no decorrer desse, seria o impedimento de uma atuação comunitária mais consistente em tomo da iniciativa, devido às atividades cotidianas de trabalho assalariado das pessoas da comunidade. Outras atividades, segundo observações e relatos, que estariam relacionadas ao cuidado com a família, moradia, estudo escolar e outras demais ocupações, revelaram um cotidiano que pouco permitia e/ou deixava brechas para realização de atividades fora dessa rotina.

Durante as reuniões mensais de avaliação do projeto, outro aspecto avaliado como limitante, seria a necessidade de intensificar a atuação dos professores por meio da estrutura escolar e curricular, fomentando métodos pedagógicos que superem e contestem o tema ambiental com enfoque ecologista e naturalista. Porém esse processo de contestação, além de chocar-se com a realidade social na qual são formados os atuais professores, solicitaria um apoio muito maior do Estado; algo distinto de apenas emitir portarias normatizando a Educação Ambiental ou ministrar palestras de motivação (MARTÍNEZ, 2006).

A ampliação do olhar da comunidade sobre o meio ambiente implica em um processo de desconstrução do pensamento que apreende o mundo de forma coisificada e fragmentada. A reconstrução do pensamento e do olhar sobre o meio exige um entendimento sobre o “ambiental” a partir de uma concepção complexa. Esse processo toma-se um desafio para professores cuja formação foi pautada pela orientação cartesiana-positivista.

A partir desses fatores limitantes que foram identificados, sendo questionados e problematizados, apontam para a necessidade das instituições de ensino, seja qual for o nível de ensino, assumirem um

papel mais relevante e realista, perante a sociedade. Acredita-se que mesmo a educação formal, com suas diversas limitações, enquanto processo educativo não se esgota dentro dos muros de uma escola, explicitando a necessidade de um pensar e percorrer caminhos na busca de uma educação em constante contato com a comunidade na qual integra.

Nesse sentido, uma das características que a Educação Ambiental pode apresentar, é a possibilidade de superação da estrutura disciplinar em um espaço escolar, proporcionando a visualização das relações contidas na realidade (ZART, 2008). Cabe considerar nesse aspecto que a mudança das ações pedagógicas cotidianas em um espaço educacional formal implica em muitas relações e acordos entre escola e professores, professores e estudantes, escola e comunidade.

Enfim, tecer essas relações já é por si mesmo, uma prática de escuta e de se levar em consideração as características sócio-ambientais e culturais dos contextos. Sobre este aspecto, podemos afirmar que os integrantes do projeto e da comunidade realizaram esforços no sentido de compreenderem as relações e a partilha dos saberes, buscando com isto uma renovação dos mesmos (MORIN, 2000).

Como primeira alternativa e já em curso pelas características do projeto, temos a multidisciplinaridade⁹, que se apresenta como um meio que pode mediar no grupo social relações mais complexas tomando assim a interdisciplinaridade uma alternativa viável. Cabe ressaltar porém, que isto não é um caminho fácil e traçado de forma linear. Muitas resistências e desafios precisam ser trabalhados. Tanto a interdisciplinaridade, como a temática ambiental que apresenta-se neste sentido, constituem-se como forma e conhecimento contrahegemônicos, mas nas práticas educacionais raramente passam de mero modismo.

Cabe considerar que prospectar a interdisciplinaridade¹⁰ visa garantir meios para a construção de um conhecimento ampliado, rompendo com as fronteiras estritamente disciplinares. Dessa forma, integrar conteúdos e temas escolares não seria suficiente. Seria preciso, como sustenta Fazenda (1979), uma atitude, isto é, postura interdisciplinar. Atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento.

Destaca-se nesse sentido que uma efetiva ação interdisciplinar não diz respeito apenas às relações entre domínios de estudos e disciplinas, mas precisa afetar politicamente também as estruturas institucionais existentes (SIQUEIRA apud WALLERSTEIN, 2003). Sendo assim a interdisciplinaridade tendo como alvo a escola, é um processo que deve ser passível de negociação entre educadores, educandos, comunidade escolar e instâncias administrativas.

O depoimento da educadora S. traz que:

“a interdisciplinaridade permite-nos trabalhar com a educação ambiental nas mais diversas ocasiões, visto que se pode trabalhar em diferentes focos, como poluição, reciclagem, hortas, trabalho com sucata, importância da preservação. As opções são muitas, basta o professor buscar e incentivar os alunos, pois de maneira lúdica todos se interessam e aprendem mais facilmente”.

9 Para Japiassu (1976) a multidisciplinaridade traz uma “[...] gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer às relações que podem existir entre elas”.

10 Berger (1972) traz o conceito de interdisciplinaridade como a interação existente entre duas ou mais disciplinas. Esta interação pode ir desde a simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos diretivos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da investigação e do ensino correspondentes. Um grupo interdisciplinar compõe-se de pessoas que receberam formação nos diferentes domínios do conhecimento (disciplinas), tendo cada um conceitos, métodos, dados e temas próprios.

Destaca-se nesse contexto de análise, como as educadoras pautam em seus depoimentos a essencialidade da relação com a comunidade. Quando questionadas da importância da realização das ações interdisciplinares no espaço da creche, de certa forma mostram um forte traço que advém do estímulo para a participação da comunidade, em especial pela própria dinâmica administrativo-pedagógica da creche e também por parte do projeto. Isso pode demonstrar um ensejo na busca de uma interdisciplinaridade não apenas com a contribuição e interação de profissionais e estudantes oriundos de faculdades e/ou universidades, mas da constituição talvez de uma interdisciplinaridade com um ‘jeito de comunidade’.

Gadotti (1999) corrobora nesse sentido, quando descreve a noção que articular saber, conhecimento, vivência, escola, comunidade, meio ambiente, e muitos outros aspectos, toma-se um dos objetivos da interdisciplinaridade que se traduz, na prática, por um trabalho coletivo e solidário na organização da escola.

A metodologia interdisciplinar é importante para o desenvolvimento de trabalhos que envolvam o meio ambiente, mas o fomento de projetos interdisciplinares em muitas escolas ainda está confuso, pois sua implementação a partir das últimas alterações nas leis educacionais encontrou tanto professores em processo de desvalorização profissional, quanto instituições educacionais despreparadas e desestruturadas para tal tarefa.

3. O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: REFLETINDO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO PROJETO

Toma-se essencial aqui, pensar sobre o significado da palavra *consciência* aplicada no campo da educação formal e empregada corriqueiramente como um dos objetivos centrais de diversas atividades com temas relacionados à educação, dentre estes, a temática ambiental. Nesse contexto, cabe conceber e compreender as práticas educativas não como realidades autônomas, pois elas só fazem sentido a partir da forma que associam-se em cenários sociais e históricos mais amplos, constituindo-se em projetos político-pedagógicos datados e intencionados.

O projeto social em questão nesta pesquisa tinha como um dos seus objetivos específicos, desenvolver atividades de *conscientização ambiental* junto a creche e a comunidade escolar envolvida nele, e com esse processo conseqüentemente desencadear a mobilização da própria comunidade, para a superação da realidade social estabelecida e a prosseguir de forma autônoma as ações em Educação Ambiental. Explicita-se a partir de Libâneo (1994), que quando opta-se em relação a determinados métodos educativos, esses não devem reduzir-se a quaisquer medidas, procedimentos e técnicas. Isso quer dizer que, antes de se constituir em procedimentos, o método de ensino tem que estar embasado numa reflexão teórica e prática. Decorrem de uma concepção da sociedade, da natureza da atividade prática humana no mundo, do processo de conhecimento e, particularmente, da compreensão da prática educativa em determinada sociedade.

Avaliando se os objetivos do projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” foram alcançados, gerando uma possível consciência ambiental, os depoimentos da comunidade escolar envolvida nele, cooperam nesse aspecto, trazendo diversas percepções e opiniões, complementando e fortalecendo a análise realizada.

Um dos membros do conselho de pais enquanto interagiu em uma das atividades do projeto com as crianças na creche, questionado se a iniciativa estaria alcançando seus objetivos, relatou que “O projeto

proporcionou mudanças e deu orientação e acho que tá na hora da comunidade fazer a sua parte”.

Já a educadora S., opinou que

“[...] as pessoas da comunidade também foram atingidas positivamente com o projeto visto que passaram a dar mais atenção ao terreno abandonado ao lado da escola que muitas vezes os moradores deixavam animais mortos, o mato abrigava cobras, aranhas mosquitos, lixo, também passou-se a ter mais cuidado em não jogar lixo no chão, cuidar das árvores da rua ... Tudo isso é reflexo de um trabalho que ultrapassou as crianças e expandiu-se em grande parte de uma comunidade.”

As contribuições da comunidade escolar trazem para a análise, importantes considerações, pois ressaltam a importância das atividades desenvolvidas pelo projeto tanto para os educandos da creche, bem como para a comunidade escolar em si. As ações em educação ambiental realizadas na creche contaram muitas vezes com a participação dos pais e comunidade escolar, tanto em atividades pedagógicas focadas nas crianças como nas mobilizações comunitárias (reuniões e passeatas).

A partir disso explicitamos a necessidade da politização do debate envolvendo o tema ambiente, bem como, a educação ambiental, pois nestas temáticas, a transformação da natureza pela ação humana e conseqüentemente das relações estabelecidas dos homens entre si são determinantes nesse sentido. Emerge assim, a questão da cidadania, por ser um campo permeado de proposições e ações, desde o âmbito institucional, quanto individual e coletivo, formal e informal, ou como evocava Paulo Freire a necessidade do indivíduo “ser e estar *com* o mundo”.

Uma das dimensões talvez a principal, em que o projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy”, procurou atuar foi desenvolvendo um conjunto de atividades direcionadas à relação cidadania e ambiente comunitário. Nesse sentido, a educação ambiental deve tentar articular, conforme Leff (2001), o educando e a comunidade escolar rumo ao conhecimento e formas da sua produção, com isso tomado possível descobrir os sentidos do saber, desenvolvendo o pensamento crítico e combatendo condutas automatizadas como o pragmatismo e o utilitarismo, valores tão presentes na sociedade atual. Assim, tomou-se possível problematizar as relações sociais, políticas, culturais, ecossistêmicas e de saúde pública que estavam interligadas, acriticamente, ao pensamento e às ações da comunidade em estudo.

Sendo assim, no decorrer do projeto captou-se, com o decorrer dos acontecimentos, a inviabilidade de atividades calcadas na educação tradicional prosperarem, ainda mais em uma área de periferia urbana com um processo de exclusão social¹¹ latente, pauperismo entre muitos moradores, trabalhadores formais e informais com alta carga horária de trabalho.

Nesse sentido, entendemos que quando executa-se como estudante, extensionista e/ou agente de ONG um projeto de extensão ou comunitário, deve-se ter em mente que o projeto realiza-se com o intuito de *beneficiar* também a comunidade, e que nesse contexto podem abrir-se possibilidades de participação, interação e aprendizagem de seus integrantes. O termo *beneficiar* nesse caso é relacionado como o apontamento de caminhos para a autonomia, cidadania e estímulo a iniciativas endógenas da comunidade escolar, distinguindo-se da cultura paternalista, assistencialista¹² e oportunista que está impregnada socialmente como senso-comum, em diversas iniciativas comunitárias. O projeto apesar de suas dificuldades, a partir dessas percepções de parte da comunidade,

11 O processo de exclusão social aqui referido tem um sentido multidimensional. A exclusão social, segundo Sposati (1996) seria a impossibilidade tanto pessoal quanto coletiva das pessoas partilharem da sociedade, tendo como cotidiana a privação sob diversos aspectos. Sendo assim trata-se de uma lógica que envolve várias relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, incluindo fatores como pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública.

12 Ver mais sobre o tema no livro “O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta” de José de Souza Martins.

optou em realizar esforços no sentido de realizar atividades de extensão não difusionistas, pautando-se em desenvolver metodologias participativas e dialógicas.

Uma das questões que sempre foram muito debatidas com a equipe do PACS - USK, desde a realização das iniciativas em educação ambiental no âmbito geral da comunidade, seria de desenvolver o projeto, como muitos participantes falavam nas reuniões de planejamento, no “*ritmo do pessoal*”. Com isso, foi buscado sempre antes de desenvolver as ações do projeto, verificar a disponibilidade da comunidade em participar conjuntamente das atividades, tomando-se uma das formas encontradas para estimular o envolvimento e o sentimento de pertencimento da população em relação à iniciativa. A metodologia adotada acabou se tomando também, uma forma de avaliar a receptividade do projeto junto à população local. Sob esta ótica, enfatizamos nosso trabalho nas representações e meios para a realização de uma educação ambiental pautada na cidadania e catalisadora de mobilizações da comunidade em torno de ações de seu interesse em comum.

Em relação à creche, essa forma de atuar acima descrita, foi muito ressaltada nas reuniões pedagógicas com as educadoras e com os pais das crianças. Desse modo a questão anteriormente identificada como cidadania e autonomia propõe também, no âmbito da educação ambiental, instigar um processo de tensão entre a ação pedagógica escolar atuante na ampliação dos espaços de cidadania junto à sociedade e o atual estado de precariedade, tanto estrutural quanto educativo, da educação pública.

As educadoras nos seus depoimentos relataram que ocorreram mudanças de alguns hábitos comunitários, enfatizando a diminuição do acúmulo de lixo em um terreno localizado ao lado da creche, o qual estava sendo utilizado como um “depósito” de lixo doméstico. Entretanto, cabe enfatizarmos que esse acontecimento pontual, não necessariamente aponta uma mudança de consciência. Esse acontecimento pontual, que não necessariamente aponta mudança de consciência, para Carvalho, (2004), pode ser um dos caminhos e possibilidades de transformação que desponta da convergência entre mudança social e ambiental.

Entretanto cabe considerar, segundo Carvalho (2002, p.8), que o:

“ Comportamento é um conceito muito pobre para dar conta da complexidade do agir humano. Não se trata de induzir novos comportamentos, pois isso pode ser alcançado de forma pontual sem implicar uma transformação significativa, no sentido da construção de um novo ethos, de um novo pacto civilizatório desejado por um ideário ecológico emancipatório. Uma pessoa pode aprender a valorizar um ambiente saudável e não poluído, ter comportamentos tais como não sujar as ruas e participar dos mutirões de limpeza do seu bairro. Essa mesma pessoa, no entanto, pode considerar adequada a política de produção e transferência de lixo tóxico para outra região e não se importar com a contaminação de um lugar distante do seu ambiente de vida. Numa perspectiva individualista, isto preserva seu meio ambiente imediato, a despeito do prejuízo que possa ter, por exemplo, para outras populações afetadas por estes resíduos tóxicos.”

Portanto no que tange a possível relação existente entre cidadania, meio ambiente e educação, afirmamos que esta relação não vem à tona de maneira gratuita ou como destino, mas emerge de discursos e práticas historicamente construídas, ou seja, a partir de ações e reflexões socioambientais elaboradas em meio aos desafios da prática social cotidiana, como por exemplo, iniciativas e projetos em educação ambiental.

4. LIMITES, MAS TAMBÉM, POSSIBILIDADES

Com base em nosso projeto, afirmamos que um processo de sensibilização da comunidade escolar pode fomentar iniciativas que transcendam o ambiente escolar, atingindo tanto o bairro no qual a escola está inserida como comunidades mais afastadas nas quais residam alunos, professores e funcionários. Souza (2000) afirma, inclusive, que o estreitamento das relações intra e extra-escolar é bastante útil na conservação do ambiente, principalmente do ambiente da escola.

A relação do projeto “Educação Ambiental na Vila Kennedy” com a educação formal, em especial a creche, além de ter se proposto a atuar em caráter comunitário, teve fortes traços extensionistas. Para os estudantes oriundos da UFSM que participaram das atividades, mesmo a iniciativa não sendo ligada a instituição acadêmica formadora destes, proporcionou-lhes uma intensa experiência de contato e vivência com a comunidade do Bairro Salgado Filho. A extensão entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilitou uma formação profissional e social diferenciada.

No decorrer do projeto, apesar de suas dificuldades, optou-se em realizar esforços no sentido de promover atividades de extensão não difusionistas e sem imposições, pautando-se em desenvolver conforme Freire (1988) metodologias participativas e dialógicas.

As especificidades/dificuldades dos agentes endógenos (comunidade escolar da creche) e exógenos (projeto em questão) eram levadas em consideração. Através dessa forma de diálogo, buscou-se evitar o planejamento de ações e discussões do projeto apenas como forma de “cumprir” agenda e/ou que não pudessem ser realizadas de forma coletiva e refletida com a comunidade.

O projeto oportunizou o contato das crianças, comunidade e educadores com o tema ambiental, e isto proporcionou momentos de reflexividade sobre os problemas ambientais enfrentados na comunidade local e na sociedade em geral.

Destacamos como um dos principais obstáculos que impedia uma atuação comunitária consistente no projeto analisado, conforme já mencionado, diz respeito às atividades de trabalho assalariado, tarefas domésticas, familiares e demais ocupações da população, revelando um cotidiano que pouco permite a participação das pessoas em atividades comunitárias e de caráter coletivo.

Outra questão de suma importância, e que para nós constitui-se em limite a ser superado, refere-se à necessidade de práticas pedagógicas renovadas que contestem a abordagem tradicional da temática ambiental com enfoque ecologista e naturalista, e passe a considerar as problemáticas do meio-ambiente relacionadas ao modo como o homem pensa e vive o mundo, suas relações com o poder, com as outras pessoas e com a geração constante de novas necessidades advindas da atual sociedade-cultura de consumo.

De outro lado, concluímos que a temática “educação ambiental”, desperta nos grupos sociais (comunidade de uma vila e/ou escola) novas formas de compreensão e reflexão. Com isto, abrem-se diversas possibilidades para realização de práticas interdisciplinares, renovação da estrutura escolar, ampliação do olhar da comunidade sobre suas problemáticas, o que leva a uma interferência crítica e responsável sobre a realidade, e conseqüentemente, práticas de cidadania e de construção da autonomia, tanto individual como coletiva.

Tendo por base as questões que nortearam nosso trabalho e esta análise, podemos dizer que este projeto deve ser observado não como um modelo a ser seguido e reproduzido, mas como um exemplo para

estudantes, multiplicadores e trabalhadores em educação, dos possíveis (des)caminhos que as iniciativas em educação ambiental podem ter. Desse modo, instiga-se o desafio da busca de uma atuação calcada na proposição de processos de formação, assumindo-se enquanto educação permanente.

REFERÊNCIAS

- ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. ONGs no Brasil: Perfil e catálogos das associadas. Disponível em: <http://www.abong.org.br/novosite/institucional/abong.asp>> Acesso em: 03/04/2007.
- BERGER, G. Opinions and Facts in Interdisciplinarity: Problems of Teaching and Research in Universities. OECD, Paris 1972
- BORDIED. P. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARVALHO, L C. de M. PROJETO INTEGRADO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA - UFSCar. QUAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL? ELEMENTOS PARA UM DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E EXTENSÃO RURAL. Pró-Ciências 2002. CAPES/SEE/DE. Disponível em: http://www.dm.ufscar.br/~salvador/homepage/pro_ciencias_2002/materialdis tribuido/Educacao%20Ambiental%20e%20Meio%20Ambiente/texto_Isabel_EARE.pdf. Acessado em: 23/06/2008 .
. Uma leitura da educação ambiental em cinco estados e um

bioma no Brasil. Porto Alegre, novo 2004. Relatório de pesquisa. Disponível em www.rebea.org.br.
- FAZENDA, Ivani C. A. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia. São Paulo, Loyola, 1979.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
_____. Extensão e comunicação. 15º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 1999.
_____. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003
- GANDIN, D.; GANDIN, L. A. Temas para um projeto político-pedagógico. 4.ed. Petrópolis:Vozes, 2001.
- GUSDORF, Georges, (1990). Réflexions sur l'interdisciplinarité Bulletin de Psychologie, XLIII, 397, pp. 847-868.
- JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e Patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
_____. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (org.). A Complexidade Ambiental. São Paulo: Cortez, 2003
- LIBÂNEO, L. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. 261p.
- LOUREIRO. C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. P. 65- 85.
- MARTÍNEZ M. M. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DOS ALUNOS DAS 7 a E s- SÉRIES DE UMA ESCOLA PÚBLICA (ESTUDO DE CASO). MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, RS, Brasil 2006.
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro.SP:Cortez; Brasília:UNESCO, 2000.
- MUNIZ PALAFOX, G. H. (Org) Planejamento coletivo do trabalho pedagógico - PCTP: a experiência de Uberlândia. Uberlândia: Linograf/Casa do Livro, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Projeto de implantação do Programa de Saúde da Família (PROESF). Santa Maria: Secretaria de Município de Saúde, 2003.
-

RUSCHEINSKY, Aloísio. ATORES SOCIAIS E MEIO AMBIENTE: A MEDIAÇÃO DA ECOPEDAGOGIA. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. P.51-65.

SIQUEIRA, H, S, G. INTERDISCIPLINARIDADE, SINÔNIMO DE COMPLEXIDADE. Publicado no Jornal "A Razão" em 02.10.2003. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/mundorede.html>. Acessado em: 09/10/2008.

SMOLKA, M. (1994) Problematizando a intervenção urbana. Cadernos IPPUR, ano VIII, nº 1, Rio de Janeiro.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. ET al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA.1998. p.27-32.

SOUZA, A. K. A relação escola-comunidade e a conservação ambiental. Monografia. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2000.

VIÉGAS, A. A Educação Ambiental nos contextos escolares: para além da limitação compreensiva e da incapacidade discursiva. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFF, Niterói. 2002.

ZART, Laudemir Luiz. Desafios Locacionais para o Desenvolvimento da Educação Ambiental. Disponível na Internet. <http://www.unemat-net.br/revista/vol01/desafios.php>>. Acesso em 22 de março de 2004.